

Estado da publicação: O preprint foi submetido para publicação em um periódico

Economia e literatura: o problema da delimitação das necessidades humanas

Rafael Muller

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11042>

Submetido em: 2025-01-07

Postado em: 2025-01-13 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

Economia e literatura: o problema da delimitação das necessidades humanas

Rafael Sarto Muller

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Brasília, DF, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7651-9023>

RESUMO

O artigo revisita perspectivas do que seriam os objetos de estudo das ciências econômicas, desde a racionalidade econômica até relações socioeconômicas em sistemas sociais instáveis. Tomando a filosofia como fonte das ciências humanas e sociais aplicadas, traz subsídios de disciplinas como literatura (ascetismo e abjeção) e psicologia (behaviorismo) para o debate teórico. Como resultados, identificou-se: a) tendência a considerar como causas das escolhas de consumo o que, em verdade, seriam consequências; b) desconsideração da aprendizagem da autorregulação e manejo das contingências ambientais pelo próprio sujeito para suas decisões econômicas; c) efeito da arbitrariedade, da utopia e da abjeção nas decisões. Concluímos que: a) a literatura funciona para descrever os comportamentos humanos e hierarquias de valores que fazem com que o sujeito tome sua decisão racional; b) a suposta racionalidade limitada do sujeito é um problema de conhecimento limitado do observador sobre as contingências que afetam ao sujeito observado.

Palavras-chave:

Economia, behaviorismo, racionalidade econômica, interdisciplinaridade, abjeção.

Economics and literature: the problem of defining human needs

Abstract

The article revisits perspectives on what would be the objects of study of economic sciences, from economic rationality to socioeconomic relations in unstable social systems. Taking philosophy as the source of human and applied social sciences, it brings subsidies from disciplines such as literature (asceticism and abjection) and psychology (behaviorism) to the theoretical debate. As results, it was identified: a) a tendency to consider as causes of consumer choices what, in truth, would be consequences; b) disregard for the learning of self-regulation and management of environmental contingencies by the subject himself for his economic decisions; c) the effect of arbitrariness, utopia and abjection on decisions. We conclude that: a) literature functions to describe human behaviors and hierarchies of values that make the subject make his rational decision; b) the supposed limited rationality of the subject is a problem of limited knowledge of the observer about the contingencies that affect the observed subject.

Keywords:

Economics, behaviorismo, economic rationality, interdisciplinarity, abjection.

Códigos de classificação JEL: A12; A13; B12

Introdução

A análise econômica tem por objeto o cálculo das dores e prazeres (racionalidade econômica) dos homens (Herscovici 2004). A literatura tem por objeto o texto literário, que descreve – metafórica e narrativamente – o comportamento humano (Skinner 1978). Em ambos os casos, está em pauta o processo decisório do sujeito – o motivo pelo qual alguém age da forma como age. A economia, mais explícita nos seus objetivos, costuma dotar-se de um aspecto prático, cuja teleologia (fim) é otimizar a racionalidade econômica (ampliar prazeres e reduzir dores), notadamente através do consumo de bens e serviços (Meller 2024). A literatura, não declarando seus objetivos, deixa-os a cargo do leitor: pode usar personagens (narradores, eu líricos etc.) de modelos para aprendizagem por observação; para a descrição de um contexto ou realidade; para criticar e desenvolver ideias e conceitos; para mera fruição e assim por diante.

A delimitação de tais objetos e fins é minoritária em ambas as disciplinas. Na economia, tal escolha é de filósofos utilitaristas (Herscovici 2004). Na literatura, dos behavioristas (Skinner 1978). São hegemônicos, entretanto, os monetaristas e keynesianos do lado econômico (Possas 1995) e os psicanalistas e marxistas do lado literário. O cálculo das dores e prazeres (e o comportamento humano no caso dos marxistas) é substituído pela distribuição da riqueza (moeda, inflação, acumulação etc.) e o comportamento humano no caso dos psicanalistas pela figura mítica e obscurantista chamada psiquê ou inconsciente (Skinner 1982). Em todo caso, o comportamento humano (observável, racional economicamente e descritível literariamente) é relegado, restando como objetos de estudo as necessidades/vontades/pulsões/desejos humanos (inobserváveis) e a distribuição de recursos (bens e serviços) entre as gentes.

A noção de *necessidade* ganhou o status de *proxy* para a economia, ou seja, ela assume uma centralidade nos estudos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços (Possas 1995) pela dificuldade de se estudar, em conjunto, as contingências que afetam o comportamento humano e como o comportamento é selecionado. Estudar o histórico de eventos da vida do sujeito que faz com que ele aja de uma determinada forma é assaz mais difícil do que usar um conceito abstrato englobante tal qual *necessidade*. Por isso habituamo-nos em falar em

necessidades ou *vantagens* ou *prazeres* (Skinner 1982), assumindo que o erro incorporado aos conceitos seria aceitável¹ e a generalização aí feita justa. Em muitos casos, discordamos.

No presente artigo, estudaremos o conceito de *necessidade* (tomado por sinônimo de *vantagem* ou *prazer*) relacionando-o com as hipóteses econômicas de distribuição e consumo de bens e serviços (concentração de riqueza, lutas de classes econômico-sociais) e correntes de pensamento na literatura filosófica (em especial o utilitarismo, nas bases filosóficas da economia e o ascetismo e a abjeção na literatura filosófica). Pretendemos, com isso, mostrar que o recurso ao conceito de necessidade tem sido sustentáculo de um modelo econômico e um modelo de recepção literária que promovem a concentração de poder e o autoritarismo.

Histórico de contingências de reforçamento e o problema da necessidade

A hipótese de que a *necessidade* funciona como uma força propulsora e causa do comportamento humano de busca e consumo (compra, troca, venda etc.) é falaciosa (Skinner 1982) ou, na melhor das hipóteses, um agregador simplesmente inútil. Se um sujeito com dinheiro sente fome e vai à sua geladeira consumir algo, ou sai de casa para realizar uma refeição, em nenhuma das duas situações podemos dizer que a necessidade é a força propulsora da ação, uma vez que falta nela sentido e direção. São outras as contingências que fazem com que o sujeito necessitado de comida vá à geladeira, a um estabelecimento ou às ruas a pedir. A necessidade, portanto, não seleciona o comportamento humano específico de maneira imediata.

A formulação inversa também é elucidativa: pessoas comem, inclusive, quando não sentem fome. De um lado, pelo que nomeamos *prazer*, gula, apetite, vontade; doutro lado pela operação cognitiva de cálculo calórico e necessidades basais de energia – comum entre atletas e enfermos, por exemplo. A sensação de fome é apenas um *proxy* das demandas calóricas (energéticas) de um corpo, ao que nomeamos *necessidade*. Essa sensação foi evolutivamente selecionada. *Vantagem* e *prazer* acabam funcionando como sinônimos de *necessidade* em seu aspecto ontológico (são as contingências reforçadoras reconhecidas), porém com diferença meramente quantitativa/hierárquica. *Necessidades* são decorrentes de contingências altamente reforçadoras, *vantagem* e *prazer* das menos reforçadoras, podendo ser ignoradas em prol de

¹ Possas (1995) já apontava para a progressiva expansão do objeto de estudo da economia e, com isso, o estreitamento dos critérios de cientificidade. Tal é a sua expansão que, hoje, Herscovici (2004) já aponta para definições do objeto tão abstratas como “relações socioeconômicas de determinada sociedade” e “natureza dos sistemas sociais instáveis”. Se tais abstrações são úteis, por um lado – como o fazemos – para a interdisciplinaridade; doutro, se ao pesquisador falta o rigor metodológico, abre precedentes para deslegitimação da ciência.

outras contingências mais fortes/reforçadoras em outras esferas. Em todo caso, estamos tão habituados a seus usos que não nos ocorre que não se explica grande coisa ao usar tais conceitos (Skinner 1982).

O indivíduo que é capaz de autorregular a sua alimentação é mais adaptado ao seu ambiente e, para isso, recorre desde estratégias de auto-observação (da fome como *proxy*) ou estratégias racionais (cálculo de demanda calórica), elaboradas e difundidas coletivamente pelo mundo científico. A autorregulação, entretanto, não é um fenômeno interno e obscuro: o sujeito que estuda sobre nutrição e dietética e usa seus cálculos para regular sua alimentação, ou o paciente de um nutricionista que interage socialmente com ele e segue suas orientações, por exemplo, fazem autorregulação.

O problema econômico é: além de quantificar a demanda energética por algum método, obter o alimento e, quanto a isso, na contemporaneidade capitalista, incorre o poder aquisitivo e a luta por direitos, dentre eles o direito ao conhecimento. Da mesma forma que os diversos alimentos (perecíveis ou não, com diversas composições nutricionais) são convertidos em um conceito abstrato *energia* ou *caloria*, a diversidade de bens e produtos consumíveis em nosso meio de produção são convertidos na abstração *moeda*, que também possui valor relativo à unidade de referência. Se faltam calorias na dieta de alguma pessoa em situação de vulnerabilidade alimentar², não se credita a causa disso à *energia* em si, mas à circulação da comida (um fator exógeno).

Satisfeitas as demandas energéticas básicas (e, por extensão, as monetárias), abre-se caminho para o estudo das outras necessidades (vantagens, prazeres), cuja delimitação é nosso principal objeto. Ainda que Maslow (1943) tenha proposto uma hierarquia de necessidades e descrevesse, em termos não absolutistas, a ordem de vantagens buscadas pelas pessoas mais usualmente, aqui trazemos relevo ao histórico de determinação dessas necessidades. Na mesma toada que a fome não é força motriz, mas tão somente uma sensação selecionada pela adaptação para a satisfação da necessidade de demanda calórica (Skinner 1982), menos ainda a pobreza e as outras necessidades (moedas) caracterizam-se como forças ou pulsões originárias.

O ser humano não é um ser social por essência, mas um ser aprendente a ser social: ao responder a uma contingência ambiental, leva em consideração o histórico de respostas e consequências

² Aqui jaz uma crítica à propriedade privada, bem elaborada por Proudhon (1998) e por Hunt e Lautzenheiser (2013), a qual é um dos pilares do capitalismo e se configura como um roubo operado pelos capitalistas contra a população em geral e, a partir disso, uma maioria não pode existir sem que venda sua força de trabalho a seus assaltantes. É, também, o critério que vai diferenciar a *fome* enquanto sensação física individual e a *fome* enquanto fenômeno social e econômico.

da contingência ambiental. A sociabilidade fora aprendida e, com ela, toda sorte de padrões de comunicação (linguagem), nomeação de sentimentos, trejeitos e comportamentos estereotipados e assim por diante. Desde a mais tenra idade os comportamentos socialmente valorizados são selecionados pelo ambiente social, compondo o histórico de contingências de reforçamento (HCR) do sujeito (Skinner 1982).

Os comportamentos socialmente valorizados foram escolhidos ao longo da história de modo arbitrário. São os critérios resultantes do somatório dos HCR dos sujeitos que dominaram aos outros historicamente. Não à toa, a segurança de um emprego vem depois da conquista de confiança de outra pessoa, ou só é digno de respeito e ter suas necessidades fisiológicas atendidas aquele que respeita os direitos das autoridades, pois são elas que, através do controle da moeda (distribuição da demanda calórica em última instância) o garantirá. Aqui jazem a biopoder e a necropolítica³ em pleno curso.

Necessidades, vantagens ou *prazeres* (NVP) são determinados pelos dominadores dos HCR. Os HCR são ambientais em relação ao sujeito estudado. A psiquê ou o inconsciente ou o *self* não existem. O sujeito é um local, determinado pelas contingências externas que o constroem. Sendo a *moeda* uma tecnologia matemática que abstrai o grau de reforçamento de uma contingência (valor) para um cidadão-médio, tudo pode ser monetizado. Os distúrbios econômicos (distribuição inadequada de bens e serviços, moeda e riquezas) têm origem não-monetária, de modo que o objeto atômico da economia não será esse distúrbio (ele é uma justificativa social para as ciências econômicas), mas, sim, o cálculo humano da racionalidade econômica (valoração das NVP e as dores relacionadas).

Uma crítica às abordagens *mainstream* está em excluir pressupostos da racionalidade (Possas 1995). Como solução *ad hoc* para suas teorias em processo de fortalecimento (Feyerabend 1977), trocou-se a noção de *racionalidade* para *racionalidade limitada*, internalizando o erro para o conceito de racionalidade e dificultando tratá-lo mais à frente por outros pesquisadores. Desconsidera, por exemplo, que o observador que julga limitada a racionalidade do outro é que pode estar incorrendo no erro de não considerar uma contingência adicional; mas, estando em posição superior de julgador/avaliador do fenômeno estudado, julga limitado ao outro. É o que

³ Ainda que fuja ao escopo de pesquisa básica do presente texto, vale mencionar suas repercussões aplicadas para a realidade humana, como o fenômeno cunhado por Achille Mbembe (2018) "Necropolítica". Também a célebre frase dos sofistas na antiguidade clássica e resgatada por Dyonelio Machado (1976): "a natureza não faz escravos".

parece explicar, por exemplo, os casos excepcionais de motivadores (de amor, de criatividade) que Maslow (1943) menciona em seus estudos.

Um exemplo do erro internalizado é pressupor uma relação constante entre valor da moeda e valor de um bem ou serviço x para todos os usuários/consumidores/trabalhadores. Considera, por exemplo, que o salário pago a dois funcionários, se for do mesmo montante monetário, envolverá o mesmo custo na contraparte pagadora. Entretanto, o custo total do salário em uma relação empregatícia inclui a visão de mundo do empregado: incorporando em uma fábrica um sujeito que compartilha da visão meritocrática, o empregador arrebatava para si os valores (e reduz seus custos) que teria com a confiança, respeito do empregado e assim por diante. Custear estratégias a favor do obscurantismo, negacionismo e uma ciência de má qualidade faz parte da estratégia de mitigação de riscos dos grandes empresários e manutenção de seus monopólios. Os marginalistas, doutro lado, demonstraram preocupação em buscar na psicologia o fator de valoração e determinação de preços (Fonseca 1996). Para avançar na pesquisa por eles iniciada, cumpre retocar quais bases psicológicas têm sido usadas e os fundamentos epistemológicos da própria ciência econômica.

A adoção da distribuição de bens e serviços, moeda e riquezas como objeto da economia não é, em si, o problema. Conceitos, abstratos, são usados como agregadores linguísticos, quando o agrupamento de fenômenos é plausível (Skinner 1982). Isso dá à economia um caráter mais aplicado, com função mais de otimizar do que descrever. É a parte aplicada da ciência econômica. A parte básica da ciência econômica volta-se a seus objetos atômicos, em forma não agregada, que é a racionalidade econômica do sujeito e seus comportamentos.

Como visto até o momento, a racionalidade econômica do sujeito é um equilíbrio (instável, instantâneo) entre NVP e dores. As NVP, ao contrário do alardeado pelos mentalistas, são determinadas contingencialmente através do HCR do sujeito. Em termos probabilísticos, há muitos reforçadores em relação à sociabilidade humana: com a ajuda do outro, seu igual, tais NVP são atendidas e isso entra para o HCR do sujeito, formando-o quem ele é. Os fenômenos observáveis dessas relações são vários: a) recorre-se com fé e mais frequentemente a autoridades superiores pois estas detêm os recursos (moedas) para interceder em prol das NVP do subordinado, mas só o fazem se a relação custo-benefício para si for positiva (considerando a estratégia ideológica de mitigação de riscos), de modo que desatendem a quem nada têm a lhes oferecer em troca e cobram preço alto para o seu auxílio; b) a meta ilusória de independência é a independência financeira, deixando-se de compreender que a dependência é inevitável e a independência financeira é uma dependência completa da moeda e das empresas

e autoridades, e a alternativa é a coletivização e a dependência com seus pares; c) as dívidas emocionais e os sacrifícios.

O primeiro exemplo é elucidativo quanto ao esquema de reforçamento diferencial: desde a tenra infância, envolvendo pais, professores, tutores, preceptores, empregadores etc., as autoridades ora nos reforçam, ora nos punem em relação ao comportamento de buscá-las para a solução de nossos problemas. É um esquema com alta variabilidade que parece tender aos extremos: uma maioria com esse repertório bem estabelecido (de liberais a socialistas, com executivos ou o Estado máximo como maiores autoridades legítimas); e uma minoria com esse repertório virtualmente excluído de seu rol comportamental (anarquistas em geral). Assim a sociedade se estrutura de maneira hierárquica, num complexo e de difícil lastreamento esquema de reforçamentos (Skinner 1982).

O segundo exemplo é elucidativo quanto à arbitrariedade na designação dos valores das NVP.

Primeiramente, todo conhecimento possui um aspecto descritivo (passado e/ou presente) e um propositivo (futuro). O futuro não existe materialmente. Toda descrição de futuro é um arbítrio a partir de critérios selecionados. Pode-se optar por descrever um futuro tentando manter inalterados os critérios atuais ou alterando um ou vários desses critérios. A projeção de cenários futuros alterando-se determinados critérios atuais é uma prática de estudo econômico recorrente – uma pretensão de ciência preditiva (Possas 1995). Entretanto, quando se adota por critério a redução dos valores daquelas NVP das autoridades, o cenário deverá ser cunhado “utópico” e rejeitado a priori. Estatisticamente, um miserável tornar-se rico é tão improvável⁴ quanto uma mudança na estrutura descrita no primeiro exemplo (valorização da autoridade). Em ambos os casos está em pauta a distribuição de riqueza. Apesar disso, opta-se, arbitrariamente, por rotular pejorativamente como “utópico” apenas os cenários contrários à própria hierarquia. Em termos epistemológicos, rejeitar a projeção de cenários utópicos pelo seu caráter de utópico é rejeitar (ou desconhecer fortemente) a própria ciência pelo seu caráter científico, ou seja, que é também a ciência uma comunidade social (Reis e Videira 2013). Age-

⁴ Há casos isolados de enriquecimento de pessoas pobres, para os quais a grande mídia dá muito mais espaço pela estratégia de valorização da lógica meritocrática. Douro lado há casos de mudanças parciais nas estruturas que garantem melhor bem-estar em determinadas localidades. Número de atingidos e vantagens para cada atingido são variáveis inversamente proporcionais na relação aqui proposta. A revolução absoluta da estrutura (cenário utópico do lado anarquista) equivale ao enriquecimento de todos ao ponto da horizontalização. De modo que os dois cenários são idealmente o mesmo, porém um deles é favorecido no discurso e no método e o outro relegado, justamente porque a meta de enriquecimento individual acaba por manter a estrutura e tende a um platô estacionário anterior ao objetivo final, enquanto a revolução costuma ter curso exponencial.

se religiosamente na defesa de que o que temos hoje como realidade é o próprio paraíso a se sustentar.

Segundamente, o sentimento de *União* é posto à frente da ação direta contra o molde de NVP atualmente a nós designado. A *União* é um agregador linguístico, designador de uma observação intuitiva de que há outras pessoas agindo individualmente de modo similar ou com fim similar. A “coordenação” é um termo usado para designar uma ação coletiva contingenciada por uma série de contingências. Uma reação de combustão sempre ocorre quando satisfeitos uma série de critérios (substrato, oxigênio, condições de pressão e temperatura, eventualmente catalizadores etc.). Ela é *intuída* a partir de uma série de observações ontologicamente aleatórias, mas para as quais se formulou um *princípio* (ou, melhor seria, uma fórmula geral). No caso da revolução pela subversão dos valores de NVP, sequer temos hoje uma observação apenas, de onde intuir a *União* como elemento essencial apriorístico não é justificável. Muito ao contrário, a *União* aparenta ser um produto identificado a posteriori, já no campo de batalha. Tomada como premissa, ela funciona como impeditivo para a luta contra o individualismo capitalista, vez que exigiria que qualquer ação só se iniciaria após uma maioria engajada (com as contingências para a luta presentes, o que está embarreirado desde já pela estrutura, pois os HCR já foram selecionados em desfavor da revolução). São dois sujeitos esperando o primeiro passo do outro por acreditarem que não há reciprocidade. Diversamente, a ação direta dá-se rejeitando-se individual e conscientemente a estrutura de NVP proporcionada. Trata-se de um individualismo outro (anarquista⁵, autorresponsável, colaborador) que não o individualismo capitalista (que envolve comportamento aquisitivo e maximizador).

O terceiro exemplo é uma estratégia cognitiva de modulação da sensibilidade às contingências do sujeito. Das vantagens obtidas graças às autoridades forma-se uma dívida emocional cujo pagamento – dor, abstenção de outras NVP, sacrifícios – insensibiliza o sujeito em relação ao conjunto de dores que sofre indiretamente pelo sistema. As dívidas emocionais e os sacrifícios não são, em si, o problema, mas o seu mau equacionamento – feitas com outrem, com as autoridades ou entidades totalitárias. Adotando-se uma dívida emocional consigo mesmo ainda maior – estado de revolta⁶ –, assume-se o sacrifício de suportar toda série de dores em favor de

⁵ Essa perspectiva de individualismo anarquista é desenvolvida na obra *O banqueiro anarquista* [1922], de Fernando Pessoa (2013).

⁶ Essa perspectiva de revolta é desenvolvida na obra *O homem revoltado* [1951], de Albert Camus (1993).

um *necessário* ideal (vantagem, prazer). A pirâmide de NVP que serve à descrição do comportamento da maioria não serve aos sujeitos revoltados (*outliers*).

A consciência de que as NVP são contingências ambientais determinadas socialmente acaba por servir de instrumento-contingência para fazer o manejo das contingências ambientais que afetam ao sujeito: eis a fonte da autorregulação comportamental. Ela envolve/confunde-se com o controle atencional voluntário e depende do treinamento em habilidades sociais para ter eficácia. A própria autorregulação também pode ser objeto de si mesma: quando o sujeito revoltado opta por ignorar outras contingências que lhe trariam prazeres em prol de uma contingência ainda mais reforçadora para si, será rotulado externamente como incapaz de autorregulação/ponderação, pois firmemente assentou-se em sua decisão revoltada. Em outras palavras, assume uma forte indiferença em relação à maior parte das NVP hegemônicas em prol do objeto de sua revolta – aquilo pelo qual vive.

O fenômeno ao qual chamamos vício, obstinação, fixação, determinação ou radicalização é um fenômeno suficientemente comum. O ser humano está, culturalmente, submetido e determinado a esquemas de reforçamento para que tais fenômenos ocorram, virtualmente, em cada um (Skinner 1982). Além disso, há o problema da tautomeria lógica: um sujeito radicalmente contra radicalismos será ou não um radical? A questão, portanto, retorna à racionalidade econômica: que contingência faz com que o sujeito consuma as NVP hegemônicas em vez das NVP contra-hegemônicas, próprias, autonomamente definidas? Se falta direção e sentido às *necessidades*, isso também é válido para as NVP hegemônicas. Elas não são causa das escolhas dos sujeitos. Elas são os resultados dessas escolhas (vantagens obtidas).

Até o presente momento, a questão parece sem resposta e, intuitivos, assim permanecerá. Na mesma medida em que a evolução das espécies é um fenômeno originalmente aleatório selecionado por suas consequências (Skinner 1982), assim também a escolha – aparentemente arbitrária, mas altamente determinística – das NVP de um sujeito. Como se trata de um fenômeno historicamente cultural e o sujeito no berço é um respondente aos estímulos do ambiente, probabilisticamente as já hegemônicas NVP tendem a se manter. Probabilisticamente também, é no crescente dos hegemônicos que haverá crescente de miseráveis cujas necessidades hegemônicas nunca poderão se realizar e o esquema de reforçamento das autoridades começa – paulatinamente – a falhar. Quando nenhum comportamento existente no repertório do sujeito tem potencial de funcionar (está em situação de ilusão de alternativas), maior a probabilidade de se emitirem comportamentos novos

(Skinner 1982). Além disso, há de surgir *propagandistas* que, remodelando as *necessidades* humanas, investigando suas reais causas, já que tais NVP são consequências, adotarão linguagens⁷ que afetarão a seus públicos. Não faltam exemplos na literatura filosófica, de modo que os fundamentos da pesquisa básica em ciências econômicas o foram já tratados em textos filosóficos e literários e, deles, trataremos na seguinte seção.

Pesquisa básica em ciências econômicas em textos literários

A filosofia é a mãe de todas as ciências, ainda que esse vínculo seja usualmente mais visível em relação às ciências humanas e sociais aplicadas. O estudo epistemológico auxilia a compreensão das redes de relações entre disciplinas. O forte desenvolvimento tecnológico recente – a exemplo da automação, *big data* e inteligência artificial – fez com que diversas modelagens matemáticas venham sendo progressivamente aplicadas à produção de conhecimento para subsidiação de decisões econômicas. Esse tipo de pesquisa, dita *baseada em evidências*, compõe o *corpus* instrumental da ciência econômica contemporânea. São avanços em ciência aplicada. Ocorre que elas não colocam em xeque as bases das teorias econômicas. Assemelham-se ao método intuitivo, enquanto o progresso do conhecimento científico básico, o refinamento das teorias, depende do método hipotético-dedutivo (Silva 2024), do método contra-indutivo (Feyerabend 1977) e/ou da interdisciplinaridade⁸ (Tonet 2013). A ciência se desenvolve muito mais pelo estudo das excepcionalidades que o método tradicional é incapaz de tratar do que o emaranhado de pesquisas aplicadas – que incorrem no risco de criar um forte viés de confirmação na ciência. Some-se a isso o produtivismo acadêmico que, dentre outros, traz em sua agenda a hipervalorização da utilidade imediata dos produtos científicos (e seu retorno financeiro de investimento), algo que, para a ciência básica, é difícilimo de prever (Reis e Videira 2013).

Para a pesquisa aqui desenvolvida, o método hegemônico tem previsto as NVP hoje postuladas – individualistas – como as causadoras da escolha humana. Tal teoria [pseudo-]explica o *status*

⁷ Talvez seja este o maior ponto evolutivo da espécie humana: ainda que várias outras aprendam comportamentos a partir da observação e interação direta com seus pares, apenas a humana é capaz de o fazer de modo mediato intertemporal (aprender com as inscrições deixadas em livros ou outras tecnologias por outros que viveram em outros tempos). A própria moeda, usada como reserva de valor, condiciona comportamentos humanos de modo intertemporal – toda a sorte de combinações entre consumo e poupança.

⁸ A interdisciplinaridade de caráter contra-indutivo e capaz do progresso científico hoje é aquela em que se utilizam métodos de uma disciplina em objetos tradicionalmente de outra disciplina e não simplesmente o estudo de um mesmo objeto a partir de perspectivas e métodos de duas disciplinas diferentes e a sua justaposição na apresentação de resultados e conclusões.

quo. O faz por uma coincidência: as contingências ambientais a que grande parte da população está submetida são basicamente as mesmas – em especial com o avanço da globalização e, agora, virtualização das relações. É pela coincidência recorrente entre causa e consequência que se incorre no erro de tomar a consequência por causa (Skinner 1982). Trata-se de uma teoria insuficiente para os casos em que o sujeito toma consciência de seus processos decisórios e opta por subvertê-los⁹, elemento esse da racionalidade humana [nada limitada] que é julgada limitada por observadores externos. Descrevendo-o em termos cronológicos, nosso primeiro passo fora questionar o cadastro/rol de NVP que aqueles que ditam as HCR mais prováveis propuseram. Na literatura o exemplo mais elucidativo é do Homem de Subsolo (personagem-narrador de Dostoiévski):

estarão computadas com absoluta exatidão as vantagens humanas? Não existirão algumas que não apenas não se enquadraram, mas nem podem enquadrar-se em qualquer classificação? Pois, senhores, no que me é dado conhecer, levantastes todo o vosso cadastro das vantagens humanas, calculando a média, a partir das cifras estatísticas e das fórmulas científicas e econômicas. As vossas vantagens são o bem-estar, a riqueza, a liberdade, a tranquilidade etc. etc.; de modo que o homem que se declarasse, por exemplo, consciente e claramente, contra todo esse cadastro, seria, na vossa opinião — e naturalmente na minha também —, um obscurantista ou um demente completo, não é verdade? (Dostoiévski 2009)

O segundo passo que operamos foi, a partir da hipótese deduzida de que as NVP são determinadas por contingências do ambiente social historicamente definido para uma maioria, a capacidade de aprendizagem social surge força motor (valor) maior e aplicável ao restante de NVP. A possibilidade de uma pessoa recusar as NVP hegemônicas é posta de lado – e funciona e funcionará apenas enquanto o comportamento de autorregular-se não for difundido. Obviamente, para que o poder se mantenha concentrado nos poderosos, eles nunca mencionarão a possibilidade de alguém definir autonomamente suas NVP. Pelo contrário, vão abusar de generalizações do determinismo ou do livre-arbítrio (como nos manuais de autoajuda), de modo que as pessoas sempre se sintam desajustadas em seu meio, sendo punidas

⁹ Pode-se argumentar que essa *opção* não seja livre, mas também determinística. Que a subversão é *determinada* pela regra a que se pretende opor. Isso, entretanto, seria válido apenas levando o determinismo às suas últimas consequências. Cria-se um problema de paradoxo linguístico-matemático: a ideia de um comportamento *determinado* por contingências *impostas* socialmente em grande volume é um comportamento *imposto* e pressupõe uma identidade com a opção hegemônica. A palavra “determinado” é sinônima de “imposto” nesse contexto e refere-se a um comportamento *específico*. Usando-se a significação infinitamente genérica de “determinado = influenciado por/relacionado com”, passa-se, sub-repticiamente, a considerar um rol infinito de comportamentos *genéricos*, uma extrapolação indevida. O determinismo deve nos ajudar a descrever cada vez mais as contingências determinantes (estatisticamente relevantes). Não deve servir de pretexto para a vida vegetativa. Do contrário, o argumento de “impossível saber tudo” serviria para que não nos dispuséssemos a saber qualquer coisa.

por suas tentativas de libertação. Na realidade média contemporânea, há parte de imposições e parte de liberdades, com vitória das imposições nesse equilíbrio.

Mas eis o que é surpreendente: por que sucede que todos esses estatísticos, mestres de sabedoria e amantes da humanidade, ao computar as vantagens humanas, deixam de mencionar uma delas? Nem sequer a incluem no cômputo, na forma em que deve ser tomada, mas é disso que depende todo o cálculo. Não seria grande desgraça tomar essa vantagem também e incluí-la na lista. (Dostoiévski 2009)

Poderá vir a ruir o sistema quando uma potência metafísica (aprendizagem social) venha a ser inserida no cômputo dos valores. Com os algoritmos de bolhas, entretanto, já há movimentos para que a aprendizagem com seus pares, com o coletivo nomeado *humanidade* (um sujeito coletivo), seja cada vez menos acessível e participe menos das contingências ambientais das pessoas. Doutra lado, torna-se um perturbador do sistema hegemônico aquele que a cada momento age de maneira diversa, selecionando as contingências ambientais que justificarão cada um de seus comportamentos, que podem inclusive opor-se entre si em momentos diferentes (sem nenhuma dívida com o seu próprio HCR).

a ruína está justamente em que esta vantagem complicada não cabe em nenhuma classificação e não se enquadra em nenhuma lista! Tenho, por exemplo, um amigo... Eh, senhores, é vosso amigo também; e de quem, de quem ele não é amigo?! Preparando-se para uma ação, esse cavalheiro no mesmo instante vos há de expor, de modo claro e enfático, como precisamente ele deve agir, de acordo com as leis da razão e da verdade. Mais ainda: perturbada e apaixonadamente, há de vos falar dos reais e normais interesses humanos; censurará, troçando, dos míopes e estúpidos que não compreendem as suas vantagens nem o verdadeiro significado da virtude; e, passado exatamente um quarto de hora, sem qualquer pretexto súbito, exterior, mas devido a algo interior, mais forte que todos os seus interesses, há de ter uma saída completamente diversa, isto é, investirá claramente contra aquilo de que ele mesmo falava: contra as leis da razão, contra a sua própria vantagem, bem, numa palavra, contra tudo... Devo prevenir-vos de que meu amigo é uma pessoa coletiva e, por isso, torna-se de certo modo difícil lançar sobre ele toda a culpa. (Dostoiévski 2009)

Em síntese, Dostoiévski encontra na condição de humanidade a condição de autorregulação de seus comportamentos. Ao mesmo tempo que é difícil lançar sobre a humanidade toda a culpa – uma vez que o punitivismo hoje imperante no modo legalista e positivo de agirmos é um ataque contra pessoas em espécie –, ela-Humanidade é, materialmente, a responsável. Se ninguém é culpado, todos nós somos culpados. Essa célebre reflexão é sintetizada na paráfrase inscrita em *Os Irmãos Karamazov*: somos todos responsáveis por tudo e por todos, e eu mais que os outros (Dostoiévski 1970); sendo *eu* justamente aquele que apreende o repertório de autorregular-se e compreende esse mecanismo econômico das gentes e opta por buscar a modificação do *status quo*.

Trata-se de um raciocínio de autossabotagem: se todos vierem a se tornar mais responsáveis que todos os outros (a habilidade de autorregulação racionalizada é aprendida), horizontalizam-

se as relações e as leis comportamentais (que fazem as HCR hegemônicas serem difundidas) deixam de ser válidas, tal qual a escada subida de Wittgenstein (1968). Aqueles que hoje descrevem bem a realidade (são bons cientistas) devem buscar tornarem-se maus descritores (maus cientistas para os parâmetros atuais, ou apenas inúteis e ultrapassados). Se as pessoas passam a viver bem, as teorias que explicam o mal viver perdem seu valor contemporâneo. Assim o professor: quando o aluno se torna autodidata, o professor torna-se inútil. Quando o aluno conduz a aula (ganha repertórios para investigar), o professor trabalha menos, torna-se um preguiçoso aos olhares externos.

É a abjeção¹⁰ dostoiévskiana: para um mesmo fenômeno – professor em sala de aula, por exemplo – adota-se uma chave de análise e critério de julgamento alternativo: o engajamento do professor é julgado tão somente pela centralização do saber (algo que privilegia uma abordagem tradicionalista de ensino) e, com isso, consegue-se atribuir um juízo de valor negativo a algo que, levando-se outros critérios em consideração, julgar-se-ia positivo.

Esse mecanismo de deslocamento de sentidos e julgamentos, próprio da literatura (e em especial de autores literários que usam da abjeção¹¹), tem repercussões econômicas quando o sujeito, aprendendo tais repertórios através do texto (aprendizagem social simbólica mediata), passa a alterar suas escolhas de consumo.

Para o presente texto, valer-nos-emos de excertos de Camila Dalvi (2022), Liev Tolstói (2012; 2015), Spinoza (2023) e São Francisco (Moacir 2018). A primeira, sem nomeação de seu fundo filosófico, trata da modificação contemporânea do valor de objetos materiais. Os demais, vinculados mais diretamente ao ascetismo, subjagam sistematicamente os processos de valoração econômica dos bens e serviços circulantes no mundo atual e propõem uma filosofia prática de vida a ser seguida para o bem viver.

O Monólogo de Carmem: segundo ato, inicia-se da seguinte forma:

Eu empresto as coisas dos outros mesmo. Por exemplo, as saias e os vestidos de minhas amigas que foram emprestados a mim, eu empresto para outras – e nem precisam ser amigas. Até mesmo certos xales, vermelhos, de grossas franjas. Se “quem empresta não presta”, minhas amigas não prestam, e emprestam – num acesso de volúpia de possuir algo de que alguém precisa – coisas suas. E se espalham

¹⁰ A Teoria da Abjeção é desenvolvida em *O valor econômico da promiscuidade e abjeção em Liev Tolstói*, de Muller (2024).

¹¹ Os que se valem diretamente do termo e o exploram com mais afinco são Dostoiévski (em *Notas do subsolo* e *Recordações da casa dos mortos*) e Jean Genet (em *Diário de um ladrão* e *O Balcão*), mas as características da abjeção podem ser encontradas também em outros autores, alguns deles absurdistas: Albert Camus (em *O estrangeiro*), Samuel Beckett (em *O inominável*), Liev Tolstói (em *A sonata a Kreutzer*), Franz Kafka (em *Carta ao pai*), Camila Dalvi (em *Memórias de minhas carnes*) e assim por diante.

confortavelmente no mundo. É muita posse de mundo, é muita pretensão chamar algo de seu. E elas não prestam então! E acabo por emprestar também, fácil que sou, do mundo que sou. Por isso nem presto também: é óbvio. Já que empresto. E, maliciosamente, o que não é meu. Faço girar a grande roda da imprestabilidade humana: e quem disse que euzinha, Carmem, não gosto disso? Prestar é que não presta, por isso empresto. (Dalvi 2022, 43)

Os elementos das decisões de consumo são tomados em termos muito similares: *volúpia*, *possuir*, *precisar*. Enquanto, nas NVP hegemônicas a propriedade privada (“posse de mundo”) é listada no topo da hierarquia axiológica, o usufruto sem posse. Economicamente, ao emprestar o já emprestado e espalhar confortavelmente no mundo, Dalvi (2022) leva às últimas consequências a circulação de riqueza e torna bens materiais privados dos mais clássicos um bem público não-rival (todos se beneficiam da disponibilidade, ainda que uns usem mais que outros) e não-excludente (ninguém pode ser excluído do uso se assim o desejar) (Caldas 2013), sendo esta última característica [não-excludente] a condição *sine qua non* do fim da propriedade privada. A não-rivalidade, por sua vez, é a condição de autonomia regulatória do usuário: o valor do bem para cada um será dado pelo interesse do uso e não determinado de modo centralizado pelos NVP hegemônicos.

Camila Dalvi (2022) atinge em cheio a sistemática de valoração econômica a partir de um posicionamento individual – ela não exige a concordância das amigas para emprestar (união como pré-requisito) e nem exige amizade para o destinatário do empréstimo. Não à toa, à similaridade do “somos todos responsáveis...e eu mais que os outros” de Dostoiévski (1970), ela fecha o monólogo com: “estou aqui para oferecer-lhes o pão e assumir toda e qualquer culpa” (Dalvi 2022, 43).

Retomando nossa elaboração teórica a respeito das relações entre NVP e HCR do sujeito, tivemos: 1) consciência das contingências que determinam a valoração hoje; 2.a) arbitrariedade para o manejo das contingências determinantes futuras (utopia); 2.b) inexigibilidade de União para a mudança; 3) prática aplicada da abjeção (agir, eventualmente, de modo contrário às previsões das contingências hegemônicas). Camila Dalvi, ao emprestar o emprestado, cumpre os requisitos 3 e 2.b, além de brincar com o processo de valoração (o que e quem presta ou não) em 1. Ela deixa em aberto para o leitor a utopia (2.a), num ato de renúncia em conduzir a vida alheia. Os ascetas tratarão justamente de elaborar, sistematicamente, as sugestões de ações práticas (requisito 3) para atender à nova equalização de valores (2.a).

Toda filosofia que propõe uma utopia é rechaçada majoritariamente pelo público sob argumento de ser utópica. Rechaça-se o futuro por ele não ser o presente. Em outros termos, o reconhecimento da vida tão mal vivida agora é de uma imagem tão impactante que, sem o

intelecto refinado, o sujeito estaciona perplexo na mera descrição do hoje e hipervaloriza aqueles que o descrevem. E, para que estes mantenham a sua posição, os proponentes de uma outra ordem das coisas são relegados. Esse problema é identificado por Tolstói (2012):

Já sem falar da teologia, da filosofia e da jurisprudência, a economia política é a mais surpreendente dessa relação e, dentro dessa espécie de ciências, é a que está mais em voga. A economia política mais difundida (graças a Marx), ao reconhecer a ordem social existente tal como deve ser, não só não exige das pessoas mudanças nessa ordem, isto é, não lhes indica como devem viver para que sua situação melhore, como, pelo contrário, exige a continuação da crueldade da ordem existente para que se realizem as mais duvidosas previsões acerca do que deve acontecer se as pessoas continuarem vivendo tão mal como vivem agora. (Tolstói 2012)

Esse é um repertório da nova equalização de valores: suspender o julgamento e o uso hegemônico da hierarquia de valores para que a utopia possa ser instrumento de direcionamento da ação. A partir daí, a prática da autorregulação, que é conjugada com o conhecimento da hierarquia de valores de um sujeito (e não da importação acrítica pelos valores hegemônicos), decorre de uma testagem prática, a qual é feita paulatinamente. Segundo Tolstói (2012):

Existe uma escada de virtudes, e deve-se começar pelo primeiro degrau para subir ao seguinte. E a primeira virtude que o homem deve aprender, se quiser aprender as seguintes, é aquilo que os antigos chamavam de *εγκράτεια* ou *σωφροσύνη*, isto é, sensatez ou autodomínio. [...] A abstinência constitui o primeiro degrau de qualquer vida boa. Entretanto, não se chega à abstinência de repente, mas aos poucos. A abstinência é libertar o homem de suas paixões e submetê-las à sensatez. (Tolstói 2012)

A prática é paulatina, não radical, assim como todo processo de ensino-aprendizagem. Nada se ganha num diálogo se tudo o que o interlocutor escuta (ou lê) já lhe é conhecido – nenhuma mudança – ou se nada de nada lhe é conhecido – não há fundações sobre as quais se agarrar para a construção do novo. Disso decorre que um conjunto de valores novo não é, necessariamente, a mera oposição diametral daqueles resultantes do HCR hegemônico, mas um conjunto que se oponha em uma parte importante deles – qual seja, a hipervalorização da moeda e dos bens que simbolizam a sua acumulação.

Em outro texto, no conto *Das memórias do príncipe D. Nekhliúdob*, isso é descrito explicitamente. Reconhece-se a moeda como um meio, um veículo, rejeitando dar a ela o status de fim em si mesmo.

“Aí está ele, o destino estranho da poesia”, raciocinei, ao me acalmar um pouco. “Todos adoram, procuram, só querem isso e só isso buscam na vida, e ninguém reconhece sua força, ninguém dá valor a esse que é o maior bem do mundo, ninguém dá valor e ninguém é grato àqueles que oferecem isso às pessoas. Pergunte a quem quiser, a todos os hóspedes do Schweizerhof: qual é o maior bem do mundo? E todos, ou noventa e nove por cento, adotando uma expressão sardônica, lhe dirão que o maior bem do mundo é o dinheiro. “Talvez essa ideia não agrade ao senhor e não combine com suas ideias elevadas”, dirá essa pessoa. “Mas o que fazer se a vida humana está organizada de tal forma que só o dinheiro traz a felicidade do homem?”

Não posso impedir que minha razão veja o mundo como ele é”, acrescentará, “ou seja, que veja a verdade.” Que triste é essa razão, que triste é essa felicidade que você deseja, e que infeliz é a sua condição de não saber, você mesmo, aquilo de que precisa... Para que, afinal, todos vocês deixaram para trás sua terra natal, seus parentes, suas atividades e suas preocupações com dinheiro e se aglomeraram no pequeno vilarejo suíço de Lucerna? Para que todos vocês, nesta noite, se precipitaram para as sacadas e, num silêncio respeitoso, escutaram a canção de um pequeno indigente? E se ele quisesse cantar mais, vocês continuariam a ouvir em silêncio. Será que por dinheiro, ainda que por milhões, todos vocês admitiriam ser expulsos da terra natal e se amontoariam no cantinho acanhado de Lucerna? Por dinheiro, admitiriam ficar aglomerados nas sacadas durante meia hora, obrigados a se manter imóveis e em silêncio? Não! O que obriga vocês a agir é só uma coisa, que sempre irá movê-los com mais força que todos os outros motores da vida: a necessidade de poesia, de que vocês nem têm consciência, mas sentem e sempre irão sentir, enquanto restar algo de humano em vocês. A palavra “poesia” lhes parece ridícula, usam-na como forma de repreensão irônica, vocês admitem o amor como algo poético nas crianças ou em senhoritas tolas e mesmo assim riem delas; para vocês, é preciso algo de positivo. Mas as crianças encaram a vida de maneira sensata, elas amam e sabem que devem amar o homem e aquilo que traz felicidade, mas a vida os confundiu e corrompeu vocês a tal ponto que vocês riem da única coisa que amam e procuram só o que odeiam e que lhes traz infelicidade. (Tolstói 2015)

Em termos metodológicos, repare-se que Tolstói (2015) opera a mesma análise dos fenômenos a seus aspectos comportamentais e a dissociação dos juízos de valores: o mesmo ato de deslocamento dos burgueses sobre os quais fala a Lucerna que, para uns, é valorado como exibição do acúmulo de riqueza, poderia ser julgado ato de expulsão de sua terra natal e redução de suas riquezas. O critério diferenciador, a priori, seria a vontade do sujeito (que seria inexistente na expulsão da terra). Inclusive esta, entretanto, vimos que não funciona como causador ou contingência do ato. O que determina o comportamento são as consequências. No exemplo, o rico que não dispense da sua riqueza para mostrar-se em Lucerna nenhum uso dá à sua moeda. Os destinos turísticos mais procurados o são, justamente, pela imposição sobre o rico de não só possuir, mas expor a posse, para que a propriedade privada, enquanto valor máximo da sociedade capitalista, continue a imperar. Desse modo, até mesmo os *desejos* – um conceito mentalista que não funciona como força propulsora, mas serve-nos para o discurso vulgar – são impostos às pessoas e, inclusive, aos ricos de Lucerna, desfazendo-se a impressão de liberdade.

Liberto será, portanto, aquele que, obtendo o suficiente para a sua vida segundo a sua determinação, vive espontaneamente. Em Spinoza (2023), além de ele exigir que para a correção do intelecto de um sujeito ele deva ter consciência da “ideia da ideia” (compreender, como o fazemos, os modos como o julgamento mental e as decisões comportamentais das pessoas se dão), há mais três orientações:

- I. Falar conforme a compreensão do vulgo e fazer todas aquelas coisas que nenhum impedimento trazem para atingirmos nosso escopo. [...]
- II. Fruir dos deleites tanto quanto seja suficiente para proteger a saúde.

III. Por fim, buscar o dinheiro ou qualquer outra coisa tanto quanto seja suficiente para sustentar a vida e a saúde e para imitar os costumes da cidade que não se oponham ao nosso escopo. (Spinoza 2023)

O “nosso escopo”, notadamente seja, a emenda do intelecto para a utopia do bem-viver. Spinoza aponta, como o declaramos anteriormente, para justamente a parcela do novo agir que mantém os HCR hegemônicos: buscar dinheiro, imitar os costumes, falar conforme a compreensão do vulgo. Tudo, entretanto, de maneira limitada. Vimos que a orientação se dá pela subversão parcial (em termos de ações), mas total na revolta e exigência pela autodeterminação. Tolstói nos ensina a treinar repertórios através da abstinência e da diferenciação entre meios (moeda) e fins (poesia). Vinculado à abjeção, por fim, nas oposições diamétricas de comportamentos, temos São Francisco, grande expoente asceta para o Brasil contemporâneo graças à profusão do cristianismo em nossas terras. O texto é quase autoexplicativo:

Senhor,
Fazei de mim um instrumento de vossa Paz.
Onde houver Ódio, que eu leve o Amor,
Onde houver Ofensa, que eu leve o Perdão.
Onde houver Discórdia, que eu leve a União.
Onde houver Dúvida, que eu leve a Fé.
Onde houver Erro, que eu leve a Verdade.
Onde houver Desespero, que eu leve a Esperança.
Onde houver Tristeza, que eu leve a Alegria.
Onde houver Trevas, que eu leve a Luz!

Ó Mestre,
fazei que eu procure mais:
consolar, que ser consolado;
compreender, que ser compreendido;
amar, que ser amado.
Pois é dando, que se recebe.
Perdoando, que se é perdoado e
é morrendo, que se vive para a vida eterna!

Amém (Moacir 2018)

Dele se extraem: a) a noção de instrumentalização ou utilitarismo pode ser positiva quando orientada a uma utopia (assim como os filósofos utilitaristas foram expoentes originais da ciência econômica); b) oposição diametral das ações hegemônicas em nosso meio (ódio, ofensa, discórdia e assim por diante), no primeiro bloco; c) oposição diametral dos alvos das ações contra-hegemônicas em nosso meio: o consolo, a compreensão, o amor, a doação e o perdão primeiro aos desconhecedores da potência da autorregulação comportamental – os que não sabem o que fazem.

Conclusões

Tolstói (2012) nos havia antecipado: teologia e filosofia saíram de cena para que a ciência econômica ocupasse o seu espaço com um travestimento científico. O objeto em questão, entretanto, sempre fora o mesmo: a racionalidade do comportamento humano e a missão de forjar meios para um melhor modo de viver em comunidade. A ciência, entretanto, surrupiou a Verdade e excluiu de si, provisoriamente, a proposição de um futuro. Este presente, em que tantos vivem tão mal, tornou-se a verdade pura e eterna da ciência.

Naturalmente, há uma série de opositores. A Teoria Crítica (Nobre 2024), por exemplo, oriunda dos estudos do círculo de Adorno e Horkheimer, já reclama um outro modo de fazer ciência e, nisso, acompanham-lhes uma série de epistemólogos. Ainda sem o serem, aparentemente, hegemônicos. Nisso, Feyerabend (1977) é claro: fazer ciência pode ser dar força a teorias hoje enfraquecidas.

No presente artigo, propusemos investigar o que a literatura tem para dizer a respeito do objeto das ciências econômicas, em um exercício de interdisciplinaridade segundo Tonet (2013). Concluimos que grande parte das ciências econômicas tem mal equacionados os seus problemas de pesquisa em virtude do esquecimento de seu objeto original e que a retroalimentação ensimesmada da ciência vem impedindo a sua crítica. Nisso, a liberdade garantida a textos literários permite uma intervenção.

Dessa intervenção, com os autores investigados, concluimos também por uma origem comum a diversos saberes, desde os religiosos e filosóficos mais antigos até os literários e científicos (econômicos) mais contemporâneos.

Referências

Beckett, Samuel. 1989. *O inominável* [tradução de Waltensir Dutra]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Caldas, Ingrid Cardoso. 2013. “Direito de propriedade no meio ambiente e as falhas de mercado.” *Examãpaku*, 1(1) <http://revista.ufrb.br/index.php/examapaku/article/view/1459> . Acesso em 6 jan. 2025.

Camus, Albert. 2019. *O estrangeiro* [recurso eletrônico]. Tradução: Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: Record.

Camus, Albert. 1993. *O Homem Revoltado*. São Paulo. Record.

Dalvi, Camila David. 2022. *Memórias de minhas carnes*. Vitória, ES: Editora Maré.

- Dostoiévski, Fiódor. 2009. *Notas do subsolo* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: L&PM.
- Dostoiévski, Fiódor. 1970. *Os Irmãos Karamazov* [recurso eletrônico]. São Paulo: Abril Cultural.
- Dostoiévski, Fiódor. 2015. *Recordações da casa dos mortos* [recurso eletrônico]. São Paulo: Nova Alexandria.
- Feyerabend, Paul. 1977. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Fonseca, Pedro Cezar Dutra. 1996. “Evolução da ciência econômica”. In: Souza, Nali de Jesus de. 1996. *Introdução à economia*, p. 41-66, 1996. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/sites/default/files/pedrofonseca/files/evolucao_da_ciencia_economica.pdf . Acesso em 6 jan. 2025.
- Genet, Jean. 2015. *Diário de um ladrão* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Genet, Jean. 1970. *O Balcão* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Herscovici, Alain. 2004. “Irreversibilidade, incerteza e teoria econômica reflexões a respeito do indeterminismo metodológico e de suas aplicações na ciência econômica”. *Estudos Econômicos* 34: 805–25. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612004000400006> . Acesso em 6 jan. 2025.
- Hunt, E. K. e Lautzenheiser, Mark. 2013. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Kafka, Franz. 1997. *Carta ao Pai* [recurso eletrônico]. São Paulo: Companhia das Letras.
- Machado, Dyonelio. 1976. *Deuses econômicos*. Porto Alegre: Editora Garatuja.
- Maslow, A. H. 1943. “Uma teoria da motivação humana”. [Tradução de Márcio A. Karsten]. *Psychological Review* 50: 370-396. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7520109/mod_resource/content/1/Maslow_Uma-teoria-da-motivacao-humana.pdf . Acesso em 6 jan. 2025.
- Mbembe, Achille. 2018. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições.
- Meller, Patrício. 2024. “Uma revisão da crise na ciência econômica (keynesianismo x monetarismo)”. *Brazilian Journal of Political Economy* 7: 531–51. <https://doi.org/10.1590/0101-31571987-4073> . Acesso em 6 jan. 2025.
- Moacir. 2018. “Oração de São Francisco”. Carisma - Franciscanos (blog). <https://franciscanos.org.br/carisma/oracao-de-sao-francisco.html> . Acesso em 6 jan. 2025.
- Muller, Rafael Sarto. 2024. “O valor econômico da promiscuidade e abjeção em Liev Tolstói”. *Revista Querubim (Online)* 10. <https://periodicos.uff.br/querubim/issue/view/3021> . Acesso em 6 jan. 2025.
- Nobre, Marcos. 2004. *A Teoria Crítica*. Rio de Janeiro: Zahar.

Pessoa, Fernando. 2013. *O Banqueiro Anarquista* [recurso eletrônico]. [s.l.]: Projecto Adamastro.

Possas, Mário Luiz. 1995. “A cheia do ‘mainstream’: comentário sobre os rumos da ciência econômica”. Texto para discussão nº 327. <http://pantheon.ufrj.br/handle/11422/15736> . Acesso em 6 jan. 2025.

Proudhon, Pierre Joseph. 1998. *A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: L&PM.

Reis, Verusca Moss Simões dos e Videira, Antonio Augusto Passos. 2013. “John Ziman e a ciência pós-acadêmica: consensibilidade, consensualidade e confiabilidade”. *Scientiae Studia* 11(3): 583–611. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662013000300007> . Acesso em 6 jan. 2025.

Silva, Vinícius Carvalho da. 2024. “Einstein E O método científico: A construção lógico-Dedutiva De Sistemas axiomáticos Como O método Da física teórica”. *Caderno Brasileiro De Ensino De Física* 41(2): 421-39. <https://doi.org/10.5007/2175-7941.2024.e97036> . Acesso em 6 jan. 2025.

Skinner, Burrhus Frederic. 1982. *Sobre o behaviorismo*. São Paulo, Cultrix.

Skinner, Burrhus Frederic. 1978. *O comportamento verbal*. São Paulo: Cultrix.

Spinoza, Benedictus de. 2023. *Tratado da emenda do intelecto* [livro eletrônico]: correspondência completa entre Espinosa, Tschirnhaus e Schiller e outras cartas conexas. Prefácio, tradução, introdução e posfácio de Cristiano Novaes de Rezende. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Tolstói, Liev. 2015. “Das memórias do príncipe D. Nekhliúdob”. In: Tolstói, Liev. *Contos completos: Liev Tolstói* [recurso eletrônico]. São Paulo: Cosac Naify.

Tolstói, Liev. 2013. *A sonata a Kreutzer* [recurso eletrônico]. [s.l.]: Centaur Editions.

Tolstói, Liev. 2012. *Os últimos dias* [recurso eletrônico]. São Paulo: Companhia das Letras.

Tonet, Ivo. 2013. “Interdisciplinaridade, formação humana e emancipação humana”. *Serv. Soc. Soc.* (116). <https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000400008> . Acesso em 6 jan. 2025.

Wittgenstein, Ludwig. 1968. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Editora Nacional.

Declaração de contribuição dos autores

Autoria única.

Declaração de conflito de interesse

Os autores declaram que não há conflito de interesse.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.